

ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

PAULO SUESS - 26.6.87

Um dos principais objetivos desta assessoria foi o de unir as forças das Igrejas que trabalham com povos indígenas, respeitando a caminhada de cada país. Em vários lugares essa caminhada é frágil ou inexistente, enquanto que em outros está mais articulada. O relatório apresentado pela Assessoria, mostra as várias etapas e os cursos e encontros realizados.

Nosso trabalho frente a essa assessoria termina agora, mas várias programações estão encaminhadas como:

1 - Cursos regionais - Cone Sul (Argentina), países andinos (Peru), América Central (México): Essas atividades estão sendo promovidas pelo CIMI e CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas), todas a serem realizadas neste ano de 1987.

2 - IIIª Consulta Ecumênica - a ser realizada em Manaus, de 24 a 30/6/89, promovida também por essas duas organizações.

3 - Ameríndia - este boletim, nascido por sugestão da IIª Consulta Ecumênica, está se estruturando em Brasília, com o trabalho direto de Bernabé, uruguaio metodista, e com a assessoria do jornalista Moura. A proposta é que seja redigido e diagramado em Brasília, e impresso em Iquitos, no Peru. Já saiu um número experimental, em forma de suplemento do Porantim, em castelhano, e agora deverá sair o nº 0 (zero), em forma de boletim. Está havendo uma grande aceitação por parte das bases missionárias. A vinda de Joaquín García, do Peru, vai definir os detalhes mais concretos desta publicação.

- Intervenção de D. Pedro Casaldáliga:

Continuamos isolados e longe da solidariedade com a América Latina.

Há países, como a Guatemala, onde 65% da população é indígena. Muitos países ainda são controlados por ditaduras, oligarquias e até por governos ditos "democratas", mas na realidade são os novos rostos da ditadura ("democracia cristã" em El Salvador e Guatemala).

Este foi o motivo que me levou a tentar visitar estes dois países, mas fui impedido pelos respectivos episcopados. Por isso, fui ao sul do México, onde há um grande número de refugiados guatemaltecos. Convém dizer que eles devem ser entre 200 a 300 mil em vários países do mundo.

A inquietação é grande em todo o Continente e diria: ou a Igreja assume essas preocupações e anseios ou ela ficará fora deste processo que está surgindo.

N.B. - Haverá ainda um Curso latino-americano, em que participarão as pessoas que tiverem feito os três cursos regionais citados acima (ver nº 1, da página anterior). Será realizado em Lima, de 16 a 30 de julho de 1988.

- Intervenção de D. Aldo:

1 - Visita do Papa ao Brasil em 1988 - a CNBB, frente às inúmeras solicitações para as cidades a serem visitadas, pediu que indicássemos também uma região onde houvesse uma presença indígena marcante. Como é difícil uma decisão isolada, proponho que esta Assembleia se manifeste nesse sentido.

2 - II Encontro de Missionários que atuam junto aos Yanomami - a viagem que eu e D. Valter, bispo do Rio Negro, fizemos de barco até a Venezuela, é algo que recomendo a todos. Foram 700 km. de barco, dormindo às margens dos rios, enfrentando chuva e mosquitos.

Quanto ao Encontro, este realizou-se na missão Mavoca, Prelazia de Puerto Ayacucho (Venezuela), à beira do Orinoco, em janeiro passado. Participaram dois bispos do Brasil, eu e D. Valter, e o bispo de Puerto Ayacucho, além de vários missionários brasileiros e venezuelanos. O tema foi a evangelização entre os Yanomami.

Foi feita, também, uma proposta de Encontro dos Bispos das áreas limítrofes, para se analisar problemas e desafios que atingem os povos indígenas destas regiões, especialmente a partir da implantação dos projetos como o Calha Norte.

Sugeriu-se que esta reunião se realizasse em Bogotá, em função da CELAM. Esta proposta já foi encaminhada à CNBB, que irá agilizar sua concretização.

- Intervenção de Juarez Martins, representante do "Grupo de União e Consciência Negra":

Historicamente o negro sempre esteve presente nas lutas de libertação do povo brasileiro. São conhecidos de todos vocês os movimentos e revoltas promovidos por nossos antepassados, muitas vezes em aliança com nossos irmãos indígenas, contra o sistema colonial que espoliava a todos.

Ano que vem, vamos completar cem anos de "liberdade" e vemos que, passado tanto tempo, continuamos sem ter ao menos direito à cidadania. Ainda hoje ocupamos os piores empregos, moramos em situação sub-humana, sobrevivemos à margem da sociedade. A Lei Áurea que falsamente "extinguiu" a escravidão no Brasil, não foi acompanhada de uma reforma fundiária que desse acesso ao negro à terra e, por outro lado, preservou intactas as relações de poder.

Dai, sem perspectiva alguma, a opção que nos restou foi partir para as cidades e ser segregados nas favelas, ou continuar no campo, escravizados pelo latifúndio. Um século depois, continuamos na mesma situação.

Neste contexto surge o movimento negro no Brasil. Com uma organização ainda incipiente, quadros mal formados e facilmente cooptáveis pelas forças dominantes, linhas políticas indefinidas e, na maioria das vezes com atuação apenas culturalista, estes movimentos, com raras exceções, não têm uma prática política mais conseqüente que aponte para uma transformação da sociedade brasileira. No final da década de 70, já havia no Brasil mais de 200 entidades negras.

O GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA, que represento, apareceu em 1979, na forma de um Grupo-Tarefa da CNBB, cujos membros eram predominantemente religiosos e agentes de pastoral negros. Em 1981, com a intenção da CNBB em transformar o G.T. numa Pastoral do Negro, os participantes avaliaram que esta mudança chocava-se frontalmente com a linha ecumênica a que o grupo se propunha e resolveram se "desligar" da CNBB e fundar oficialmente o GUCN.

De lá para cá, entre acertos e desacertos, indefinição política e amadorismo, o GUCN sobreviveu até 1985, quando entrou numa espécie de "crise de identidade". Parte de seus membros achava que o Grupo estava muito bem e outra, mais progressista, exigia que o Grupo avançasse rumo a uma linha definida, com proposta firme e trabalhando conjuntamente os conceitos de Raça e Classe, numa perspectiva de transformação da sociedade.

Houve o inevitável confronto entre as duas alas. Hoje, na

direção do Grupo estão estas pessoas de idéias mais avançadas e renovadoras que procuram retomar o trabalho.

O GUCN já se encontra presente em dez estados, num esforço de despertar nas outras pessoas um senso crítico ante as contradições raciais da sociedade brasileira. Nas nossas datas comemorativas, por exemplo, preferimos, ao invés de só fazermos festas, refletir sobre o que as mesmas representam e o que podemos aprender delas em nossa luta de hoje. Somando-se a isto o trabalho contínuo de formação de nossos quadros, melhorando qualitativamente o nível de nossas intervenções diárias.

Retomando a questão do centenário da "abolição", o governo já tem, desde 1983, uma comissão de "alto nível" para preparar as comemorações oficiais. Desta comissão fazem parte personalidades como D. Pedro D'Orleans e Bragança, neto da Princesa e outros "intelectuais" ligados ao governo. Ela fará tudo para provar que o Brasil é uma democracia racial e que só há motivos para festas. Nós, ao contrário, nos propomos a desenvolver uma campanha de esclarecimento e conscientização da comunidade nacional e internacional sobre a real situação do negro no Brasil. Neste contexto, achamos que a Campanha da Fraternidade da CNBB/88 só vem contribuir no sentido de que será um momento privilegiado para discussão da questão do negro em todas as comunidades de base do país.

Tendo consciência de que não há saída para o negro e para o índio no sistema capitalista, propomos uma aliança entre estas duas parcelas mais oprimidas da sociedade brasileira, pois o preconceito é comum, a exploração é comum, os inimigos, na maioria das vezes, são comuns. Então, o mais correto é procurarmos também unir nossas lutas na busca constante de uma sociedade democrática onde as diferenças serão respeitadas.

Sem democracia racial não há sociedade democrática.